



A urgência de falar a mesma língua – a medicina geral e familiar e as outras especialidades

Catarina Almeida Empis*, Rita Viegas*

«A Nossa capacidade de comunicação não é medida pela forma como dizemos as coisas, mas pela maneira como somos entendidos.»

Andrew S. Grove

Nas últimas décadas a realidade dos Cuidados de Saúde Primários em Portugal foi alvo de uma reestruturação basilar criada pela necessidade de responder à modificação e acréscimo das necessidades em saúde de cada cidadão condicionada pela própria evolução social.¹ É durante este processo que renasce a Medicina Geral e Familiar e a redefinição do médico de família enquanto prestador especializado de uma medicina orientada para cada indivíduo e para a comunidade em que se integra.

A primazia de *cuidar* centrada na Pessoa, o desenvolvimento de uma especialidade regida pelos princípios da abrangência e da modelação holística² e a visão de uma saúde segundo as suas necessidades, assente na rigorosa gestão de recursos e na avaliação de necessidades específicas da comunidade dão ao médico de família um papel primário no palco sectorizado e micro especializado da saúde nacional.

A espiral vertiginosa que caracteriza actualmente a evolução do conhecimento técnico científico torna imperiosa a colaboração inter-pares com o intuito de otimizar os recursos disponíveis e de simplificar a prestação integrada de cuidados.

A prática da medicina isolada, de si para si, é com frequência fonte de erro e de incerteza. Actualmente, talvez mais do que nunca, considerando a complexidade na abordagem dos problemas de saúde que exigem o

recurso a equipas multidisciplinares capazes de lhes responder, interessa trabalhar em equipa.

E, por isso, a Revista Portuguesa de Clínica Geral (RPCG), como veículo de informação e de partilha de conhecimento, enaltece o empenho de outras especialidades médicas e de outros profissionais de saúde em submeter artigos científicos para publicação. Temos verificado, no entanto, que é frequente a recusa destes trabalhos por erros simples, mas de cariz vital, para integrar a nossa revista.

E é do intuito de transformar este processo numa via eficiente de comunicação que nasce a razão de ser deste editorial.

Etimologicamente a palavra comunicação, do latim *communicatio*, refere-se à acção de participar e as múltiplas definições «...comunhão; transmissão; participação; acto ou efeito de transmitir e receber mensagens, através do qual as pessoas se relacionam, transformando-se mutuamente e transformando a realidade que as rodeia...» reflectem *per se* a sua complexidade.

A comunicação é eficaz se o emissor e o receptor da mensagem se encontrarem sintonizados num mesmo canal. E é esta uniformização e compreensão de ideias e de ideais que pretendemos evidenciar neste editorial.

Retomando a frase inicial deste editorial «*A Nossa capacidade de comunicação não é medida pela forma como dizemos as coisas, mas pela maneira como somos entendidos.*» Desta forma, a preocupação primordial da RPCG é assegurar o entendimento da sua mensagem por parte do seu receptor, o leitor. É o que se lhe consegue transmitir que dá sentido à escrita e é na partilha do conhecimento que o trabalho dos autores se engrandece e toma sentido.

*Editora da Revista Portuguesa de Clínica Geral.



Para garantir a eficácia da comunicação não basta a imprescindível qualidade científica do trabalho produzido, é preciso não descurar a forma de o comunicar, é necessário garantir o cumprimento das regras formais do discurso, o que no contexto da revista corresponde às regras de submissão de artigos.

E urge falar a mesma língua, adequar o conteúdo da mensagem, por forma a que tenha interesse para a prática da Medicina Geral e Familiar. O saber não ocupa lugar mas há que rentabilizar o tempo e contextualizar a informação transmitida ao seu destinatário.

É preciso um entendimento claro do que aqui se faz, dos propósitos dos documentos que aqui se retratam e da pertinência que têm para os médicos de família. Publicar na RPCG implica conhecer a realidade dos Cuidados de Saúde Primários e os horizontes a que esta revista almeja para contextualizar, com relevância, os resultados do trabalho desenvolvido por outras especialidades. E tudo é possível, mas o desafio é grande, maior do que seria de prever.

Este desafio para os colegas de outras especialidades e de outras profissões da área da saúde traduz-se em conseguirem falar da sua realidade aos que vivem noutra bem diferente. E fazê-lo de modo a que a sua experiência possa ser também útil para os outros, no respeito e entendimento de que os interesses e objectivos de cada um se manterão distintos.

O seu contributo será tanto maior quanto mais seja uma mais-valia, não para os próprios e para o seu reconhecimento, mas para a prática clínica daqueles para quem escrevem, neste caso em concreto, dos médicos de família. São estas diferentes experiências que oleiam a engrenagem e movem a roda gigante do conhecimento.

Face ao exposto, finalizamos este editorial com a sugestão, destinada aos colegas de outras áreas com interesse em partilhar connosco o seu saber, de discutir os resultados e documentos que submetem à RPCG com colegas de Medicina Geral e Familiar e procurar conhecer, antes de escrever, o nosso contexto de actualização.

Com o objectivo de sistematizar e desmistificar a complexidade da submissão de artigos à RPCG deixamos a seguinte mnemónica:

P – Perguntar – se o assunto se enquadra na missão da revista

U – Útil – para o trabalho/conhecimento do Médico de Família?

B – Balizar – enquadrar o trabalho na realidade dos Cuidados de Saúde Primários

L – Ler – as regras de submissão de artigos à RPCG e a evidência actual

I – Iniciar – o trabalho e não esquecer de:

C – Cumprir – as normas

A – Assegurar – junto dos colegas de Medicina Geral e Familiar que o tema é pertinente

R – Rever – o artigo e enviar para a revista!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Direcção Nacional da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral. Um futuro para a Medicina de Família em Portugal. Lisboa: APMCG; 1990.
2. WONCA Europa. A definição europeia de medicina geral e familiar (clínica geral/medicina familiar); 2002. Disponível em: <http://www.apmcg.pt/files/54/documentos/2007060115471793311.pdf> [acedido em 10/11/2010].

CONFLITOS DE INTERESSE

As autoras declaram não possuir conflitos de interesses.